

JOSÉ DE ALENCAR: ENTRE O ROMANCE E A HISTÓRIA

FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS*

RESUMO

O texto examina os modos pelos quais foram ordenados os acontecimentos e problemáticas para a invenção da escrita da História do Ceará. Destaca-se uma comparação entre as obras *Iracema* (1865) e *História da Província do Ceará* (1867). Entende-se, então, que a delimitação de temas passa necessariamente por determinados valores que orientam as relações que o presente estabelece com o passado e o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: escrita da história; presente; passado; futuro; literatura.

ABSTRACT

The present text examines the ways in which the events and problematics were sorted for the invention of writing of the history of Ceará. It stands out a comparison between the works *Iracema* (1865) and *History of the Ceará Province* (1867). It is understood, then, that the division of topics is necessarily determined by values that guide the relationship that present establishes with the past and the future.

KEYWORDS: history writing; present; past; future; literature.

‘Pode-se narrar o tempo, o próprio tempo, o tempo como tal e em si?’, pergunta o narrador de *A Montanha Mágica* no início do capítulo VII, ‘Passeio pela praia’. E ele próprio responde que, embora o tempo seja a condição da narrativa, quem se abalançasse a narrá-lo conseguiria, em vez de contar uma história, alinhar frases repetitivas abstratas do tipo ‘o tempo decorria, escoava-se, seguia o seu curso, e assim por diante...’, como alguém que ‘tivesse a ideia maluca de manter durante uma hora um e mesmo tom ou acorde e afirmasse ser isso música. Pois a narrativa se parece com a música no sentido de que ambas dão um conteúdo ao tempo...’. A primeira preenche-o com a matéria dos acontecimento na forma de uma sequência, a segunda mede-o e subdivide-o.¹

É na década de 1860 que os intelectuais começam a compor narrativas sistematizadas sobre o passado do Ceará. A primeira cronologia vem no Ensaio Estatístico do Senador Pompeu, publicado em 1864. O primeiro livro sai em 1867, com a autoria de Alencar Araripe. E em 1869 edita-se a obra póstuma de Pedro Théberge. Escritos praticamente de maneira simultânea, há entre esses textos uma vontade de fazer o Ceará por meio de seu passado, dando-lhe existência no presente e legitimidade para o futuro. Por outro lado, o esforço intelectual não partiu somente da História. Com preocupações semelhantes, no sentido de dar ao Ceará o passado que o Ceará merecia, veio à luz Iracema, publicado pouco antes da história de Alencar Araripe.

Envolvida na identificação de datas e fatos, a elite letrada recorreu ao sentido do tempo para fundar a “pátria cearense” por meio do passado, mas também através da fábula. Havia, portanto, uma tessitura de intenções a unir as escrituras: responder ao presente sobre o melhor modo de usar o passado. Apesar das muitas diferenças, os letrados nutriam intuições semelhantes, e tentaram, juntamente com uma ruidosa legião de letrados do séc. XIX, imaginar o passado do Brasil e, mais especificamente, do Ceará. Afinal, os intelectuais do oitocentos sabiam que a tão sonhada construção da nacionalidade só poderia se efetivar na medida em que o pretérito fosse estudado e, sobretudo, transladado ao presente, para ser filtrado, digerido e transformado em força. Estava em jogo o sentido do passado, o modo mais apropriado de captar (ou mesmo capturar) a ordem dos acontecimentos em uma narrativa convincente e atraente. As palavras, no romance e na história, tinham a ambição de colocar a terra, o homem e a luta numa trama temporal.

A intenção do texto a seguir é exatamente perceber como essas (e outras) obras inventavam um determinado passado cearense, na medida em que também começavam a dar legitimidade para uma área do saber que passaria a ser denominada História do Ceará. Longe de qualquer pretensão de fazer dos intelectuais os receptores da suposta identidade cearense, o que se quer aqui é perceber como se foi delineando a crença em um passado comum. Tais narrativas não vieram simplesmente para contar sobre o que já havia existido, mas para disciplinar espaços e tempos e assim estruturar campos de visibilidade.

Pressupõe-se que o passado não é aquilo que passou, e sim uma complexa composição subordinada aos interesses de quem aciona os jogos da memória. Não se trata, nessa perspectiva, de perceber como certos autores preenchem o tempo com acontecidos, porque é o acontecer que faz o tempo existir. Não há tempo sem ação, ou melhor, sem ação narrada. É no modo de encadear os fatos que o tempo ganha volume e sentido. É na maneira de ajeitar o mapa do verbo existir que se cria a ideia do tempo dividido entre passado, presente e futuro.

Por outro lado, há um fio condutor: *Iracema*. É a partir desse romance que será abordada a composição de sentido para a História do Ceará. Assim sendo não me move o desejo de defender sua inserção no campo dos estudos históricos. O que me interessa é interpretar os modos pelos quais história e ficção estavam em sintonia com as demandas por um passado específico.

Fundadores e Fundamentos

No “Argumento Histórico” de *Iracema*, José de Alencar escreve que, diante de Martim Soares Moreno, “o Ceará deve honrar sua memória como a de um varão prestante e seu verdadeiro fundador”.² Alencar Araripe, na sua *História da Província do Ceará*, usa as mesmas palavras para definir a participação de Soares Moreno, que é destacado como “o verdadeiro fundador do Ceará, que deve honra à memória desse varão prestante como lançador da primeira pedra da grandeza futura do torrão cearense”.³

A semelhança entre os dois trechos chega a ser inquietante, mas não é meu objetivo discutir questões textuais. O que me interessa é perceber como

essas relações constituídas entre passado e presente fazem da História do Ceará algo a ser ensinado para que, além do Ceará glorioso, passe a existir, cada vez mais, o cearense orgulhoso, feliz por ser o que ele é, na medida em que seu passado é desvelado para ele mesmo. Nesse sentido, é interessante notar que os dois livros não seguiram o enfoque de Aires de Casal em sua *Corografia Brasília* (inclusive citada por Alencar), não fizeram o marco zero em Pero Coelho e sim em Martim Soares Moreno.⁴ Tomaram partido a favor de Varnhagen, porque também consideraram que Pero Coelho, apesar de merecer as honras da memória, é apenas o protagonista do “completo malogro” que definiu a “primeira tentativa para se colonizar o Ceará”.⁵ Não quiseram dar muito crédito a um herói fracassado.

No “Argumento Histórico” de Alencar, Pero Coelho fica deslocado. Veio primeiro, deixou marcas, mas não foi um fundador nem deixou fundamentos:

Em 1603, Pero Coelho, homem nobre da Paraíba, partiu como capitão-mor de descoberta, levando uma força de 80 colonos e 800 índios. Chegou à foz do Jaguaribe e aí fundou o povoado que teve o nome de Nova Lisboa.

Foi esse o primeiro estabelecimento colonial do Ceará.

Como Pero Coelho se visse abandonado dos sócios mandaram-lhe João Soromenho com socorros. Esse oficial, autorizado a fazer cativos para indenização das despesas, não respeitou os próprios índios do Jaguaribe, amigos dos portugueses.

Tal foi a causa da ruína do nascente povoado. Retiram-se os colonos pelas hostilidades dos indígenas; e Pero Coelho ficou ao desamparo, obrigado a voltar à Paraíba por terra, com sua mulher e filhos pequenos.⁶

Na sua história, Alencar Araripe segue o mesmo caminho interpretativo, mas, como era de se esperar, desce aos detalhes sobre as qualidades que impedem a eleição de Pero Coelho para o cargo de Fundador do Ceará: escravização e matança de índios. O resultado do julgamento é curto e pragmático: “*O seu procedimento cruel e desumano, perpetuado na memória dos aborígenes, foi um grande obstáculo para as futuras expedições*”.⁷

Mesmo reconhecendo que o Brasil precisava civilizar-se, a relação de Alencar Araripe com a colonização portuguesa era ambígua. Em certos momentos, elogia, em outros quase chega a dizer que foi um mal necessário e,

quando critica a escravização sofrida pelos índios, fica hesitante e sugere que pode ter sido um mal desnecessário.

Alencar Araripe acreditava que a cultura mais avançada deveria colonizar a mais atrasada. Concluía que, a rigor, não havia diferença entre o ser índio e o ser branco, porque ambos eram seres humanos. Apenas estavam em patamares diferenciados no desenvolvimento da racionalidade. É por isso que Alencar Araripe não poupa críticas aos colonos que escravizaram ou matavam os nativos. A colonização, portanto, era correta. O erro residia no colonizador que usava da força bruta para maltratar os irmãos primitivos. Sendo assim, ele não faz uma história das elites e sim uma história do Estado. Sua preocupação concentra-se em uma análise sobre a difícil implantação da lei pública diante da falta de organização jurídica e administrativa, o trabalhoso trajeto da civilização diante da barbárie. Em suma, seu esforço interpretativo reside em evidenciar uma narrativa a respeito da construção da liberdade civil em um mundo onde só havia pessoas amarradas à prática de guerras e sem valores de justiça social. É nessa rede de sentidos narrativos que Alencar Araripe consegue condenar Pero Coelho e, ao mesmo tempo, absolver o Rei de Portugal.

Se não servia como exemplo para a história, Pero Coelho também não serviu para a ficção de Alencar. Para esposo de *Iracema*, quem combinava melhor era Martim Soares Moreno. Estava em jogo o exemplo a ser herdado e no inventário dos primos, a herança criava raízes na identificação de um fundador, coisa que não teve muita importância para a cronologia publicada no *Ensaio Estatístico*. O comentário sobre o fim do “primeiro estabelecimento português no Ceará” é rápido e sem acusações ou defesas: “Coelho não se pode demorar no Jaguaribe, e sua dureza para com os índios forçou-o a voltar para a Paraíba com perda quase total de sua comitiva”.⁸ A escrita parece estar contaminada pelo título do livro *Ensaio estatístico da província do Ceará*. A cronologia aí inserida tem o tom estatístico, para fazer uma listagem de erros e acertos, com um fluxo discursivo interessado em identificar homens em ação, sem muitos adjetivos. Trata-se de uma exceção, porque a regra passou a ser o julgamento.

“Um verdadeiro martiroológico...”. Foi assim que João Brígido lembrou Pero Coelho na ocasião em que eram comemorados os “300 anos da chegada dos

portugueses ao Ceará". Fazendo uma ponte entre 1603 e 1903, João Brígido entrava em sintonia com vários outros intelectuais que, sob a liderança do Barão de Studart, consolidavam debates sobre um campo de estudos que já acumulava coleta de documentos e promovia revisões sobre os textos pioneiros Alencar Araripe, Pedro Theberge e Senador Pompeu. Não se pode dizer, entretanto, que João Brígido trouxe fatos novos sobre o assunto. Também está longe do meu interesse fazer uma análise epistemológica para inventariar as descobertas, e sim perceber como foi se constituindo um início aceitável para a história que se procurava escrever. Nesse sentido, a contribuição de João Brígido para a coletânea de textos dirigida pelo Barão de Studart faz uma espécie de síntese sobre o que se sabia até então, dando aos fatos um tom trágico que seria assumido por todos que depois dele escreveriam. A tragédia funcionava em seu regime discursivo como justificativa para uma dívida mnemônica que o presente deveria assumir. Os sacrificados mereceriam a lembrança.

Contrapondo-se às críticas de Alencar Araripe, João Brígido afirma sem rodeios: "*Pedro Coelho é o primeiro nome do Ceará, justamente o primeiro mártir da sua causa*".⁹ Mas, no mesmo livro, o texto do Barão de Studart faz a balança pender para o outro lado, evidenciando que a rede de discursos estava funcionando plenamente: "*Martim Soares Moreno é o vulto culminante da primitiva história do Ceará; tudo que lhe diz respeito reveste-se de capital interesse, porque, mais afortunado que Pero Coelho [...], é ele o fundador do Ceará*".¹⁰

Nacionalismo em Miniatura

Estava em pauta no século XIX o passado exemplar, a ser usado pelo presente como fonte de inspiração. Quem explicitou isso de maneira mais aberta e didática, certamente inspirado em Von Martius, foi Alencar Araripe, no prefácio da *História da Província do Ceará*: "*nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres ações dos seus maiores*".¹¹

Alencar Araripe e José de Alencar lutam pela mesma coisa: a memória. Mas não é uma memória que demarca o tempo isolando o passado. O pretérito passa a existir na medida em que pode, e deve, preparar o devir. O passado

serve ao presente, como ressalta Araripe na introdução de seu livro: "*Suprima-se o exemplo do passado e teremos a humanidade sempre no berço da infância, sempre nos jogos pueris, falta do poderosíssimo auxílio da experiência*".¹² E, para Araripe, que era bacharel em Direito, as regras da advocacia estavam em voga para a escrita da história, pois o passado também deveria passar por julgamentos. Entre salas de aula e tribunais, havia, portanto, uma semelhança confessada.

"*Era uma época em que o Direito por assim dizer mantinha pesada ascendência no universo das representações mais diretamente relacionadas com o Estado e a Sociedade. E a história não ficava atrás*". Nesse sentido, João Alfredo Montenegro argumenta que o bacharel em Direito "*é o profissional do universo formal, da lei, que acaba sobrepondo-se ao mundo vivente, preso que fica ao formalismo, que tende à auto-suficiência*".¹³

É assim que Martim Soares Moreno adquire o sentido de elo encontrado, ganha a qualidade de costura providencial entre o passado primitivo e o futuro promissor. Vai acontecendo por meio da escrita da história uma delimitação do espaço para os mortos.¹⁴ Ao serem identificados e inseridos em uma narrativa, os que se foram fornecem sentido para o caminhar do tempo e as razões pelas quais o presente chegou a ser o que é. Mas não é só isso, porque estão em pauta os deferimentos e os votos para a "*grandeza futura do torrão cearense*", avisando que o porvir dos vivos depende do lugar (des)ocupado pelos mortos.

Fica evidente que a escrita da literatura e a escrita da história não estavam apenas enfocando o passado com procedimentos próprios. Havia uma luta acirrada para resgatar o acontecido, no sentido de criar elementos identitários a serviço do Brasil e, por conseguinte, do Ceará. Nesse nacionalismo em miniatura, Alencar Araripe parte em defesa de um índio: "*O herói da guerra holandesa Antônio Felipe Camarão foi sempre reconhecido por natural da serra da Ibiapaba; todavia ultimamente duvidou-se dessa naturalidade a fim de transferi-la do Ceará para Pernambuco*".¹⁵ No "prólogo" de *Iracema*, Alencar se manifestou de modo claro e incisivo sobre esse mesmo tema: "[...] *falo da pátria do Camarão, que um escritor pernambucano quis pôr em dúvida, tirando a glória ao Ceará para dar à sua província*".¹⁶ A repetição não é mera coincidência. Trata-se, afinal, de uma vontade comum entre Alencar Araripe e José de Alencar: legitimar o fluxo da escrita nas urdiduras do tempo. Nesse caso, era uma questão de honra acreditar que o Ceará fora o berço de Camarão, índio que, conforme se imaginava, tornou-se

um homem civilizado e, além disso, ajudou a expulsar os holandeses do Brasil. Mas, havia quem sustentasse que Camarão não era cearense e isso foi visto como ofensa.

A querela estava posta, na história e na literatura, evidenciando que as semelhanças entre a ciência da história e a ficção literária não eram poucas, apesar de se tratarem de coisas distintas. É que junto do romantismo brasileiro vinha um romantismo cearense, ou melhor, uma vontade de valorizar o Brasil destacando a participação do Ceará. Enquanto Araripe menciona uma “pátria cearense”, Alencar defende que o Ceará é a “Pátria de Camarão”. Invasores eram os holandeses e não os portugueses. Daí vem a base que sustenta o herói nacional: o índio civilizado pelos portugueses.

Em 1897, Januário Lamartine chegou a publicar um opúsculo para destacar que Camarão era cearense de Viçosa. Sua preocupação evidencia que, no final do séc. XIX, tinha sentido não somente a história das províncias ou dos estados, mas também o passado das cidades: “*enquanto alguns de meus patrícios ocupam-se me escrever para a capital, [...] eu desenterro do pó dos arquivos os nomes dos filhos nobres de Viçosa*”.¹⁷ Para se contrapor aos “gratuitos detratores”, o autor seguiu os cânones em vigência e fez uma longa listagem de citações confiáveis para defender sua tese. Entre os citados veio José de Alencar, reverenciado como criador, mas antes de tudo como pesquisador: “*Iracema pode ter sido uma concepção mitológica, mas Araquém e Guaby foram entidades reais, como ainda hoje atestam e demonstram os seus descendentes*”.¹⁸ Januário Lamartine partiu em defesa da “tradição oral” que chegava ao seu tempo e que, no seu entender, mostravam a verdadeira origem de Camarão.

Acreditava-se que o Ceará existia, mas não era uma existência dada, pois carecia de memória, precisava de um passado a ser conhecido e glorificado. Os nomes de Martim Soares Moreno e Camarão permaneciam, portanto, em posição de destaque mnemônico, tanto nos fatos de Araripe como nas fábulas de Alencar. Mas a memória convocada não era alimentada pelo consenso. O que formava o campo de legitimidade para a História do Ceará era exatamente a disputa em torno da capacidade de descobrir o que supostamente havia, mas estava encoberto. Era preciso ter argúcia para identificar erros e acrescentar fatos desprezados ou esquecidos. Assim se fazia um intelectual. Era assim que

se buscava a verdade. Mas se tratava, necessariamente, de uma procura coletiva, que se tornava excitante na medida em que despertava a vaidade de ver o que os outros ainda não tinham visto. O destaque vinha para quem tinha mais fôlego e mais paciência para alimentar a polêmica.

Conhecimentos não só de livros de história e documentos de arquivos, mas também sobre tradições orais, filologia e geografia. Tudo isso como fonte e fundamentação para a defesa de uma tese, quer dizer, para a identificação de datas, fatos e lugares. Era nesse território argumentativo que Januário Lamartine procurava fazer o seu lugar de intelectual. E, não se deve estranhar, ele citou *Iracema* entre as obras consultadas. Não que ele confundisse história científica com ficção romântica, mas porque seus valores sintonizavam-se com algo que estava em *Iracema*. Além do patriotismo cearense, o que Januário Lamartine procurava na obra de José de Alencar era o “argumento histórico”, ou melhor, base da imaginação, que explicitamente estavam em partes específicas, como notas, prefácios ou posfácios, mas também na própria narrativa. E não é descabido pensar que muitos outros leitores envolvidos com a busca de explicações para o passado também fizessem essa leitura da obra de Alencar. Afinal, o próprio escritor quer conduzir o leitor nesse sentido, com suas referências recorrentes ao “real” de onde brotava o romance.

É impróprio buscar o ponta-pé inicial da disputa pela pátria de Camarão, mas vale a pena especular sobre o sucesso que o debate alcançou, transformando-se em elemento constitutivo dos sentimentos de pertencimento ao Ceará. Nos embates, entra em cena o verbo fundamentar, com seus adjetivos e substantivos correspondentes. Estamos diante de autores românticos, em busca de mitos fundantes, nomeados como Martim Soares Moreno, ou os anônimos, que entram na categoria de “cearenses”. Está em jogo, portanto, a falta que a História do Ceará pode fazer para a fundamentação do futuro. É exatamente por isso que Araripe, logo na introdução do seu livro, faz questão de exibir a necessidade daquilo sobre o qual ele se dispôs a escrever: “*O povo, que deixa no olvido serviços passados, mostra tacanho egoísmo, limitando o seu intento ao estreito espaço do fugitivo presente*”. E esse modelo para lidar com a passagem do tempo, ele faz questão de lembrar, vinha dos mais adiantados:

*"Inglaterra, França e Estados Unidos, as maiores nações da moderna idade, cobrem-se de augustos monumentos para celebrar briosos caracteres."*¹⁹

Entre o fato e a fábula

"Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote..." Aí, a afirmação típica de um historiador do século XIX, alerta para separar os fatos das fábulas. Mas a citação é do romancista Alencar, no início do livro *Ubirajara – lenda tupi*, que ele mesmo considerava "irmão de Iracema".²⁰

Publicado quase dez anos depois de *Iracema*, *Ubirajara* (1874) também traz um texto preliminar, com o mesmo intuito: provar que a lenda veio do estudo sobre a vida dos indígenas no período colonial. Alencar deixa ainda mais explícita sua tomada de posição diante do passado: é preciso criticar os testemunhos. Criticar em que sentido? Para dar à nação uma memória gloriosa, com suas dores e suas alegrias, uma lembrança coletiva que gera o gosto de ser brasileiro. Para Alencar, os índios faziam parte do passado nacional de modo heróico e digno. Não se tratava simplesmente de um pretérito primitivo a ser suplantado pela civilização, como pensavam Alencar Araripe e muitos outros.

A arma mais poderosa é o documento, ou melhor, a escolha da lista de vestígios confiáveis. Enquanto Araripe adverte que a sua história é sincera porque se autentica por "*documentos insuspeitos e cuidadosamente verificados*", José de Alencar argumenta que o seu romance, para não ser "infiel à verdade histórica", está baseado em escritos honestos, como as "*Memórias Diárias da guerra brasileira do conde de Pernambuco*", considerando que "*esta autoridade, além de contemporânea, testemunhal, não pode ser recusada*".²¹

Documentos confeccionados com base ocular mereciam mais confiança do que aqueles com prova auricular. Mas, se os que viram tinham mais crédito, os que escutavam não eram excluídos. "*A tradição oral é uma fonte importante da história, e às vezes a mais pura e verdadeira*", assim falou Alencar no prólogo de *Iracema*. Tudo em sintonia com o escrito do primo Araripe: "*a tradição oral, fonte importantíssima da verdade histórica*".²²

Iracema é uma lenda com “Argumento histórico”, e esse argumento tem uma dialética sem síntese, na medida em que há aí uma política da verdade, articulada em uma narrativa sedutora, pronta para agradar a força e a fraqueza constitutiva da humana condição: a nossa capacidade de imaginar.

Alencar teve disposição para espalhar nada menos do que 128 notas de rodapé explicativas em um romance que tem mais ou menos esse mesmo número de páginas. É certamente um campo de investigação promissor estabelecer relações entre essas notas e os procedimentos da escrita da história que foi se constituindo, de modo conflitivo, no “mundo moderno”. Tratava-se de um procedimento que vinha se consolidando exatamente como princípio inalienável na escrita da história. O recurso gráfico do rodapé foi ganhando força, como mostra Anthony Grafton, em uma rede de relações íntimas entre nota e legitimidade para as conclusões apresentadas pelos autores. Há um longo e contraditório conjunto de vias que desembocaram na utilização de notas tal como conhecemos hoje. “*O surgimento das notas de rodapé – e dos artificios a ela associados, como apêndices documentais e críticos – separa a modernidade história da tradição*”.²³

José de Alencar e Alencar Araripe, o primeiro com notas de rodapé e o segundo com anotações inseridas no próprio fluxo do texto, procuravam lidar com as querelas entre contar sobre a História do Ceará e contar sobre o modo pelo qual se deu a pesquisa que ambos fizeram. É exatamente por isso que não dá para fazer separações rígidas entre a escrita da história e a história da escrita, entre o modo de conduzir o texto e a pesquisa que se fez não somente antes dessa condução escriturária, mas também durante o próprio ato de escrever (e publicar) a partir de certos procedimentos e determinadas escolhas, explicitadas ou não, mas sempre em acordos e confrontos com outros textos.

[...] a história da nota de rodapé mostra que a forma da narrativa histórica sofre repetidas mutações nos últimos séculos. Isso ocorreu, sobretudo, porque os historiadores tentaram encontrar novas maneiras de contar tanto a história de sua pesquisa quanto a de seus assuntos, em dois níveis separados e em dois ritmos diferentes. A história da pesquisa histórica e a da retórica histórica, em suma, não podem ser separadas.²⁴

As notas de *Iracema* não são, portanto, simplesmente coisas secundárias, pois funcionam em uma lógica argumentativa para dar à fábula uma base de fato. Nesse caso, o fato é o argumento, as notações avisam ao leitor que, em sua rede, ele está diante de uma lenda verdadeira, originária da pesquisa. Além disso, há, antes da narrativa, um “Prólogo” e um “Argumento Histórico”, depois uma “Carta” e ainda um “Pós-Escrito”, colocado na segunda edição. É um excesso de informações, ou melhor, uma avalanche de defesas e ataques diante das posições contrárias. Cercando *Iracema*, e na sua própria constituição narrativa, há vários indícios de um longo trabalho de investigação sobre o Brasil no tempo colonial.

Alencar era homem de formação jurídica, que iniciou seu ofício na literatura com as *Cartas sobre a Confederação de Tamoios* (1856), isto é, uma obra de teoria, sobre a escrita da ficção, abrindo um debate que se tornaria antológico. No primeiro romance, *O Guarani* (1857), também há notas explicativas, “que já traziam em si o germe da polêmica”. E o que veio a seguir, quase sempre abrigou a presença de “prefácios e/ou posfácios”: “*com um leitor real ou imaginário ele discute o seu instrumento [...], a língua, ou o seu ofício, o de escritor de romances.*”²⁵

Alencar não se cansou de afirmar que a sua fabulação vinha dos fatos. A estratégia mais evidente nesse sentido foi o uso de notas, prefácios ou mesmo uma carta, como se vê no final de *Iracema*, onde ele reafirma seu gosto pelo trabalho de historiador ao lembrar que no início era o “instinto” que o movia para a pesquisa: “*não tinha eu então estudos bastantes para apreciar devidamente a nacionalidade de uma literatura; era simples prazer que movia-me à leitura das crônicas e memórias antigas.*”²⁶ Alencar não estava longe da ânsia investigativa que mobilizava a formação disciplinar da história. Assim como aqueles que se assumiam como historiadores, Alencar estava acuado e armado, para duelar com outras versões. Vinha da disputa em torno do tempo de outrora o prazer de se justificar, de expor os procedimentos que levaram à certa conclusão.

Alencar sabia que os prólogos poderiam atrapalhar: “*elas fazem à obra o mesmo que o pássaro à fruta antes de colhida; roubam as primícias do sabor literário.*”²⁷ Mas, diante das competições pela versão mais verdadeira, ele usou e abusou de explicações em torno de sua lenda, ou melhor, da lenda que ele diz ter escutado em sua terra natal. Sentia que essas bordas de *Iracema* eram um mal necessário,

sobretudo para enfrentar as intrigas da oposição. Ele sabia, como partícipe do mundo letrado, que estava no campo minado das disputas pelo passado.

No primeiro capítulo de *Iracema*, o criador reforça que há, na sua criação, um “argumento histórico”, uma tradição oral, considerada por ele como uma fonte histórica. Ao perguntar ao leitor, mais de uma vez, o que Martim deixava ao partir na “afouta jangada”, Alencar responde que ele deixou uma história. “*Uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci, à calada da noite, quando a lua passeava no céu argenteando os campos...*”²⁸

A documentação era a base da imaginação. Sem fontes, não era possível fazer a trama. Mas a trama não era simplesmente a colocação dos fatos descobertos, porque seria necessário formar imagens. Imagens literárias que, para além dos documentos, fossem capazes de atrair a alma do leitor. Em *Como e porque sou romancista*, ele procura explicar que, para fazer literatura, “o selvagem é um ideal”. Quer dizer, sua ficção, exatamente para ser ficção, parte do real, passa pelo ideal e chega ao imaginário, que dizer, à composição de imagens. Assim, Alencar argumenta que é absolutamente imprescindível retirar dos índios a “crosta grosseira” colocada pelos “cronistas”.²⁹

A imaginação servia para “*dar um corpo aos objetos que o espírito vê com os olhos d’alma e ligar os diversos fragmentos que se encontram nos livros para fazer deles um quadro ou uma estátua*”. Era assim que Alencar justificava o significativo valor da pesquisa detalhada, praticamente a mesma cultivada pelos historiadores. Em um texto sobre sua disposição para descrever o passado do Rio de Janeiro, há longas observações sobre seu contato com as fontes de pesquisa e seu método de trabalho:

A minha história, ou antes a minha memória, abre-se rigorosamente no momento em que se lançou a primeira pedra da construção da cidade; é daí que começou a sua existência política, é daí pois que deve principiar a missão do historiador.

Entretanto tomei a liberdade de descrever anteriormente a cena onde se passarão os primeiros acontecimentos, e dizer alguma coisa sobre o passado obscuro dessa terra ainda desconhecida, sobre aquilo que bem podíamos chamar os tempos mitológicos da cidade.

Talvez me censurem por isto e julguem que descí da verdade a poesia; tenho porém a consciência de que a imaginação aí não faz mais do que dar um corpo aos objetos que o espírito vê com os olhos d’alma, e ligar os diversos fragmentos que se encontram nos livros para fazer deles um quadro ou uma estátua.

Demais sou historiador à minha maneira; não escrevo os anais de um povo, e sim a vida de uma cidade; colijo os fatos, as lembranças, as tradições, as conjecturas, os usos e costumes; faço de uma terra selvagem, ou de uma molle de casas um livro; copio a crônica de um lugar, como escreveria as reminiscências de um homem, ou as memórias literárias de um escritor.³⁰

Alencar historiador? Ao seu modo, sim.³¹ Mas o que significa “ao seu modo”? Em princípio, completar o que faltava com a imaginação. Mas a imaginação não era somente um “tapa-buraco”. A imaginação daria à escrita o poder de imaginar, ou melhor, de figurar o próprio real. Por isso o estilo era fundamental: não se tratava de descrever bem, mas de dar à descrição a arte de seduzir a visão do leitor com tramas e cenários movimentados e comoventes. Daí a exuberância da natureza e dos enredos. Mas se nada poderia ser escrito sem a capacidade de imaginar, tudo deveria nascer de pesquisas e buscas criteriosamente planejadas:

Quando houver história a contar, escreverei histórias; lerei o que nos deixaram os homens daquelas épocas. Quando a página estiver em branco conversarei com o meu leitor, lembrar-lhe-ei uma tradição, estudarei um costume da época, e finalmente lhe mostrarei a cidade tal como ainda era naqueles dias de sua infância.

Eis verdadeiramente o meu plano; assim não estranhe se algumas vezes me arrego o título pomposo de historiador; uso desta palavra, como quem diria, simples e fiel narrador daquilo que leu e ouviu.³²

Por outro lado, vale lembrar que ainda não havia um campo bem definido para delimitar o que era um historiador, qual o seu método e sua área de trabalho. Nesse terreno ainda hesitante, Alencar aproveitou brechas para dizer que seu ofício englobava, de alguma maneira, o título de historiador. Mesmo com seu estilo que hoje pode parecer excessivo, seu gosto pela exatidão fazia parte do método dos que procuravam vislumbrar o passado.

Cultor da filologia, Alencar aproximava-se dos métodos de todos os intelectuais de seu tempo. Afinal, era da filologia que se esperava quase tudo. Sua abrangência, guardadas as devidas peculiaridades, ia da ciência do direito ao conhecimento sobre passado dos primitivos. O minucioso estudo de Alencar sobre as línguas indígenas fazia parte de uma constatação que circulava pelo mundo letrado do oitocentos: se não dá para conhecer o passado pela

arqueologia, pela falta de descobertas, a solução é apelar para o que existia. Daí vem o gosto pelos estudos sobre a língua dos índios. Entre os membros do IHGB, não foram poucos os trabalhos nessa perspectiva. Sendo assim, literatura, história e etnologia misturavam-se, em uma querela sem fim sobre as fronteiras de cada saber e sobretudo sobre o que cada saber tem a dizer sobre o passado dos habitantes primitivos. Eram civilizações adiantadas que decaíram ou eram povos eternamente primitivos? Nisso tudo, uma preocupação prática: o que fazer com os que restaram. Teriam jeito? Poderiam ser civilizados? Em quanto tempo?³³

Enfim, Alencar estava no meio do fogo cruzado, e sua mira parecia giratória, tanto é que desagradou a gregos e troianos. Aliás, desagradar fazia parte do jogo, pois não se deve desprezar o ideal de polêmica que estava na própria raiz do pensamento iluminista. A polêmica, dentro ou fora de grupos, era criadora e criatura da escrita. Criticar, mais que um direito, era o dever do intelectual. A ânsia da alteração ia da crítica literária à crítica da economia. Tudo devia ter crítica. A função do crítico seria não se esquecer de nada.

Mitologias da Saudade

Habitados a tal ponto pela saudade, os portugueses renunciaram a defini-la. Da saudade fizeram uma espécie de enigma, essência do seu sentimento da existência, a ponto de a transformarem num 'mito'. É essa mitificação de um sentimento universal que dá à estranha melancolia sem tragédia que é o seu verdadeiro conteúdo cultural, e faz dela o brasão da sensibilidade portuguesa. Mas será a saudade assim tão intraduzível quanto o pretende essa mitologia cultural?³⁴

Eduardo Lourenço

Longe de ser mentira, o mito é uma trama. Contado para ser acreditado, contado para ser levado em conta. Assim como os românticos portugueses, Alencar se fez saudoso. Foi a maneira que ele encontrou (ou procurou) para fazer a contagem do tempo, dando-lhe razão e sentido. Já que o tempo só pode ser narrado por meio de fatos conectados, Alencar orientou sua leitura sobre o passado com base numa saudade alargada, que, no seu entender, somente a ficção saberia convocar.

Em *Iracema*, a dedicatória é emblemática: “À Terra Natal, um filho ausente”. Há uma íntima relação entre o vazio, que fertiliza a imaginação, e investigação sobre o passado, que procura fundamentar o que se pode imaginar, sem conseguir, apesar de tudo, o ideal de preencher todas as lacunas, pois todo cientista sabe que sua ciência nunca se satisfaz com a relação entre o pouco que se conhece e o muito que sempre caracteriza o desconhecido.

Analisando seu ofício de escritor, em *Como e porque sou romancista*, Alencar recordou o seu terceiro ano em Olinda, na velha biblioteca do Convento de S. Bento, quando lia os cronistas da era colonial: “desenhavam-se a cada instante na tela das reminiscências, as paisagens do meu pátrio Ceará”.³⁵ Eis aí o fundamento da sua futura atividade de imaginar. Mas a formação de imagens não estava presa nos caminhos da pesquisa. Seria preciso muito mais do que isso. Esse excesso, ou pelo menos parte do excesso, veio da saudade, na reminiscência de um homem que morava no Rio e, para fazer a lenda do Brasil, fez uma lenda do Ceará. Lenda no sentido profundo, como a nossa narrativa primordial, a maneira pela qual nós nos imaginamos.

O motor do romance também estava na saudade e Alencar, dizendo-se um filho ausente, não escondia isso de ninguém. Pelo contrário, fazia questão de dizer, porque isso fazia parte da sua definição do ser “escritor brasileiro”, preocupado com o tipo de espelho com o qual nós iríamos nos ver, sobretudo com o traço indígena que deveríamos enxergar no volume do nosso rosto. Iracema procurava fechar feridas, cuidar das cicatrizes, em nome do Brasil e da saudade de um Brasil que os brasileiros ainda não conheciam, mas deveriam conhecer, para termos, além do Brasil, os brasileiros.

“Foi somente em 1848 que ressurgiu em mim a veia do romance”, confessou Alencar em *Como e porque sou romancista*. Mas, por que em 1848? A resposta é clara: “Acabava de passar dois meses em minha terra natal. Tinha-me repassado das primeiras e tão fagueiras recordações da infância, ali nos mesmos sítios queridos onde nascera.” Impressiona, nesse depoimento, o enlace entre saudade e pesquisa: “Devorando as páginas dos alfarábios de notícias coloniais, buscava com sofreguidão um tema para meu romance”.³⁶

A narrativa, portanto, começa pelo fim, reafirmando que o autor se baseia em uma memória ancestral. Nesse recurso estilístico, enfatiza-se a

equação que aproxima a lenda da memória coletiva e a memória coletiva da história nacional. No último capítulo, quando Martim volta, sua preocupação é mais com o filho do que com Iracema: "*Achará o guerreiro ausente a paz no seio da esposa solitária, ou terá a saudade matado em suas entranhas o fruto do amor?*"³⁷

De volta, portanto, o tema da saudade, inclusive uma saudade que oscila entre a vida e a morte. A vida e a morte de Iracema e da memória. A colonização não fora pacífica, não fora sem dor. Alencar sabia disso. Iracema alimentava seu filho com o leite que era pouco porque a saudade tomava conta do seu corpo. Em seu casamento com Martim, Iracema sofreu. Sofreu de saudade, e muito.

O livro que procurava ensinar a ter saudade de um passado heróico e de um futuro promissor. Saudade de nós mesmos, de um Brasil selvagem, porque a natureza daria a nós a nossa força patriótica. Mas não era uma selva qualquer e sim um caleidoscópio de natureza e civilização, um imbróglio estético e existencial típico do século XIX. Alencar não criou simplesmente uma idealização harmoniosa e sim uma idealização tensa, cheia de ambiguidades que desafiavam os estudiosos e fascinam os leitores.

Iracema não é inocente. Certa ocasião, mostra ao guerreiro "*gotas de verde e estranho licor vazadas da igaçaba, que ela tirara do seio da terra*", e diz sem cerimônia: "bebe". Martim bebe. E o que acontece é impressionante. O guerreiro branco revive o passado deixado em Portugal: "*Ei-lo que volta à terra natal, abraça a velha mãe, revê mais lindo e terno o anjo puro dos amores infantis*". Mas, no calor do alucinógeno, ele deixa o "teto paterno" de repente e se vê no meio do sertão: "*Já atravessa as florestas; já chega aos campos do Ipu. Busca na selva a filha do Pajé. Segue o rasto ligeiro da virgem arisca, soltando à brisa com o crebro suspiro o doce nome: - Iracema! Iracema! ...*".³⁸ Somente as gotas tiradas da terra poderiam ser gotas de memória, seiva bruta que guarda vínculo com a existência das raízes.

Mas quais raízes? Nada é muito certo para o guerreiro branco. O que escolher? O novo ou o velho mundo? Ceará ou Portugal? Excitado e hesitante, Martim não sabe responder. Ele já não é de lá nem de cá. Sua missão passa a ser a geração de algo que vindo de lá e de cá germinaria uma nova civilização. Dessa dúvida é que vem o trânsito livre nos mapas da temporalidade, ao sabor do nome Iracema. O fruto dessa relação insegura não poderia ter outro nome

senão Moacir, o filho da dor. A dor do parto era também a dor de partir, numa cena melancólica e também indecisa: o pai, o filho e um cachorro partem numa jangada. A mãe morta havia sido enterrada no pé do coqueiro, a margem de um rio que seria chamado de Ceará. Mas Iracema lutou enquanto pôde para seduzir o forasteiro. Seus investimentos não foram de pouca monta.

Além das gotas que levaram Martim aos sonhos mnemônicos, Iracema usou outras artimanhas para capturar as lembranças do amado. Cito, como exemplo, um pedaço do capítulo IX.

Enquanto Caubi pendurava no fumeiro as peças de caça, Iracema colheu sua alva rede de algodão com franjas de penas e acomodou-a dentro do uru de palha trançada.

Martim esperava na porta da cabana. A virgem veio a ele:

- Guerreiro, que levas o sono de meus olhos, leva a minha rede também.

Quando nela dormires, falem em tua alma os sonhos de Iracema.

- Tua rede, virgem dos tabajaras, será minha companheira no deserto; venha, embora, o vento frio da noite, ela guardará para o estrangeiro o calor e o perfume do seio de Iracema.³⁹

Rede de memórias. Recebida pelo guerreiro como abrigo e aconchego. Aliás, a própria rede é outro ponto primordial. Ao longo dos 23 capítulos há cerca de 23 vezes a menção à palavra rede. Aparece na banalidade do cotidiano e em momentos cruciais, assumindo até a condição de personagem da trama, como acontece em abundância com partes e fenômenos da natureza: "*Martim se embala docemente; e, como a alva rede que vai e vem, sua vontade oscila de um a outro pensamento. Lá o espera a virgem loura dos castos afetos; aqui lhe sorri a virgem morena dos ardentes amores*".⁴⁰

Martim, o indeciso. Hesitante como foi a formação do povo brasileiro, sem saber se lembra do passado indígena ou do passado português. Alencar sugere que não há síntese e sim um caleidoscópio. Sua literatura também não indica que os índios simplesmente foram exterminados. No romance *O sertanejo*, por exemplo, percebe-se que, no seu entendimento, a situação era bastante complexa, exatamente porque a tensão entre culturas diferenciadas não era desprezível, exatamente porque havia conflitos entre muitas memórias. E seu papel como ficcionista, como ele mesmo tentava explicar, consistia em fazer o leitor sentir saudade desse tempo, que deveria ser mostrado de maneira heróica

na medida em que são os atos heróicos que possuem o poder de seduzir a memória.

No prólogo de *Iracema*, Alencar avisa que o livro é cearense, escrito para ser lido “na varanda da casa rústica ou na fresca sombra do pomar, ao doce embalo da rede”.⁴¹ Depois do romance, mais precisamente na “carta”, o mote permanece: “Conversemos sem-cerimônia, em toda a familiaridade, como se cada um estivesse recostado em sua rede, ao vaivém do lânguido balanço”.⁴² A trama, portanto, articula-se com as bordas do livro (prólogo e argumento histórico, no início, carta e pós-escrito, no final), tornando-as partes constitutivas da narrativa. A rede estava no começo, no meio e sobretudo no drama final: “*Iracema não se ergueu mais da rede onde a pousaram os aflitos braços de Martim*”.⁴³

A lenda, que fundamentaria a memória cearense, deveria ser provável e provada, sábia e saboreada. Alencar sabia disso e é por isso que sua lenda pode ser lida como uma espécie de mapa da memória, um roteiro de indicações para o cearense lembrar que os lugares do Ceará estão grávidos de recordações. A natureza é, nesse sentido, um espaço eminentemente mnemônico. E, como hipótese a ser melhor trabalhada, pode-se até afirmar que a sua escrita está eivada daquilo que Viveiros de Castro chamou de “multinaturalismo”.⁴⁴

O final de *Iracema* pode ser lido como a construção de um lugar de memória da natureza, pois o coqueiro passa a ser, também, o útero do Ceará:

O camucim que recebeu o corpo de Iracema, embebido em resinas odoríferas, foi enterrado ao pé do coqueiro, à borda do rio. Martim quebrou um ramo de murta, a folha da tristeza, e deitou-o no jazigo de sua esposa. A jandaia pousada no olho da palmeira repetia tristemente: — Iracema!

Desde então os guerreiros pitiguaras que passavam perto da cabana abandonada e ouviam ressoar a voz plangente da ave amiga, afastavam-se com a alma cheia de tristeza, do coqueiro onde cantava a jandaia. E foi assim que um dia veio a chamar-se Ceará o rio onde cresceu o coqueiro, e os campos onde serpejam o rio.⁴⁵

Se a terra engole Iracema, Iracema também se torna parte da terra, sua “morada original”. Ao partir, Iracema volta para onde veio: a natureza. Assim, Alencar elabora o movimento de direcionar o indígena para dentro dele

mesmo, para que ele *"se confunda com a natureza que, se o concebeu, também o retém e, num certo sentido, engolfa-o em seus domínios"*.⁴⁶

Ao mesmo tempo, abertura. A cova que engole o corpo é, também, o sulco que recebe e alimenta a semente, tornando-se berço. Recipiente e receptiva, a terra vira testemunha. Não é esse um túmulo comum aos padrões do colonizador. A lápide é um coqueiro e o que deveria ser escrito na imobilidade do mármore ganha vitalidade no canto da jandaia. A morte, além de denúncia, é anúncio mnemônico.

Afinal, o romance não se chama Martim. E Moacir é o filho da dor, não de Martim, mas da dor de Iracema, abandonada e fragilizada, vendo o leite da amamentação transformar-se em sangue solitário. Moacir é mais filho da virgem selvagem com o verde licor do que de Iracema com o esposo lusitano. No plano mitológico, se é possível afirmar que José é mais ou menos o pai de Jesus, não é descabido imaginar que Moacir é mais ou menos o filho de Martim.

Não se trata de encaixar o coqueiro no conceito "lugar de memória", no sentido que Pierre Nora⁴⁷ dá a esse termo. Pode-se imaginar que Alencar procura outros imaginários para compor sua narrativa, longe da lógica racionalista que delimita, de modo claro e distinto, a fronteira entre sujeito e objeto. Assim, o corpo não é o sujeito que dá ao coqueiro a função de objeto, porque a carne faz parte da terra e, ao contrário do encadeamento cartesiano, não se ergue entre natureza e cultura um limite definitivo. Inspirado nas culturas sobre as quais ele desenvolvia suas pesquisas, Alencar incorpora, na força da ficção, outras maneiras de encarar a natureza e, em certa medida, ele abre visibilidade para um mundo onde *"os animais e outros entes dotados de alma não são sujeitos porque são humanos (disfarçados), mas o contrário – eles são humanos porque são sujeitos (potenciais)"*.⁴⁸

Quando Poty pede a Martim para enterrar o corpo da esposa ao pé do coqueiro, não se tem apenas uma lápide para os vivos, mas também um lugar de recordação para a própria Iracema, que, na verdade, morre para continuar viva. Poty explica que o lugar para onde foi Iracema não é aleatório e, antes de servir de marco para os que dela sentirão saudade, terá um sentido muito especial para ela mesma: *"Quando o vento do mar soprar nas folhas"*, ela pensará que é a voz de Martim.⁴⁹

Pode-se especular que o destino de Iracema é bastante complexo. Seu corpo não foi enterrado sob uma lápide de mármore. O coqueiro também morrerá, ou melhor, aquele coqueiro, porque outros continuarão. O mesmo acontecerá com a jandaia. A disputa entre presença e ausência torna-se ainda mais acirrada porque, o lugar onde estava Iracema não tinha a permanência dos cemitérios. Foi por isso que, em uma de suas visitas ao túmulo, Martim percebeu que “*a jandaia cantava ainda no olho do coqueiro; mas não repetia já o mavioso nome de Iracema*”.⁵⁰ Afinal, todo o livro pode ser lido levando-se em consideração que, para terminar, o autor afirma que “tudo passa sobre a terra”.

Nessa linha de raciocínio, Moacir não é síntese nem destino, mas uma possibilidade. Tudo aponta para um tempo desalinhado. Sua vida não seguiu padrões e o que ele será fica por conta da imaginação do leitor. O que se sabe é que, enquanto teve mãe, não tinha pai e, quando teve pai, sua mãe morreu. Mas isso não é trauma nem redenção, não há um mito de origem que define o que vai ser o cearense: traumatizado ou liberto do sofrimento, preso ao passado de massacres ou livre para criar um futuro promissor. Alencar, afinal, faz a proposta do livro implodir? Depende. Do mesmo modo que se pode encontrar um cearense aberto ao futuro, livre do seu passado, o corrente em muitas leituras é concluir que Moacir sintetiza o Ceará.

De qualquer modo, há o cultivo da saudade, para seduzir o leitor a sentir falta dos seus ancestrais. Alencar fez questão de deixar muito claro que era tão exilado quanto Moacir, apartado da terra que lhe deu vida e depois só lhe dava ausência. Mas não era unânime o valor da saudade. O que para uns trazia o belo para outros poderia indicar a presença de distúrbios. No decorrer do século XIX, o saudosismo que alimentava os românticos também preocupava os médicos.

Em 1844, além de publicar *A Moreninha*, Joaquim Manoel de Macedo defendeu sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulada *Considerações sobre a nostalgia*. O texto indicava as causas e os sintomas da moléstia, concluindo que o “tratamento farmacêutico é apenas auxiliar” porque a terapêutica mais eficaz se faria com “amor, música e ginástica”.⁵¹ A doença, que a todos poderia afetar, trazia toda sorte de problemas e Macedo ressalta que

ainda não se dava a devida atenção aos escravos que sofriam de saudade e assim se tornavam improdutivos.

À luz de certas investigações médicas, realizadas dentro e fora do país, o romance *Iracema* poderia ser lido como a apologia de uma doença dos personagens e do próprio autor. Isso quer dizer que uma ficção sempre está defendendo certas verdades sobre a vida dos personagens e isso, a depender do leitor, pode gerar sintonia ou repúdio. Não se sabe se Alencar chegou a ler a tese de Macedo, mas com certeza estava informado sobre os perigos da nostalgia, pois era assunto que circulava entre os letrados, em um tempo em que as fronteiras entre as ciências e as artes eram bastante porosas, em nome da erudição que todo homem de destaque intelectual deveria cultivar.

Considerações Finais

De modo diferenciado, mas complementar, Alencar e Araripe inventaram princípios e parâmetros para quem desejasse entender o presente por meio do passado, ou melhor, deram ressonância a necessidade de fazer elos de sentido entre o passado e o presente para que o futuro pudesse ter legitimidade. Assim constituíram discordâncias no modo pelo qual o passado servia ao presente, criando um campo de saber que viria a ser defendido como História do Ceará. Afinal, a existência desse campo não se deve a prévia existência de um objeto “História do Ceará”, porque é preciso levar em consideração que há um conjunto de articulações discursivas que permitem a composição de legitimidades, na medida em que interditam outras vias.⁵²

Não havia um objeto de estudo a espera de estudiosos, mas um passado que foi configurado em determinados limites a partir de demandas políticas que interagiam com a própria divisão do país em províncias. Sendo assim o objeto “História do Ceará” foi criado numa concorrência com outros territórios e outras histórias, como as Histórias da Paraíba, do Rio Grande do Norte ou de Pernambuco. Mas nada acontecia no consenso, porque a própria configuração dos saberes sobre o passado se dava na disputa, na pesquisa que, antes de tudo, questionava outra investigação, para corrigir erros, identificar imprecisões ou eliminar lacunas. Não se deve esperar nesses regimes discursivos a simples

concordância em torno de um patriotismo local, mas uma rede de embates que se justifica para si e para os outros a partir de um recorte espacial chamado Ceará.

Assim, o tempo fica submetido ao território previamente posto, na qualidade de limite onde se define o que e quem é cearense. As relações de pertencimento não são algo que preexiste ao saber que procura investigar o “ser cearense” e sim um campo de forças que se faz na medida em que o sentimento de nacionalidade também passa a desenvolver a necessidade de um patriotismo regionalizado, em conexão com as especificidades das relações entre o centro e a periferia do poder político do Brasil imperial. Não bastava delimitar a vasta e pouco conhecida extensão do país e das províncias. Além do espaço, o poder precisava de tempo.

NOTAS

* Francisco Régis Lopes Ramos é doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: regisufc@hotmail.com

¹ Nunes, Benedito. *O tempo na narrativa*. Segunda Edição. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 05.

² Alencar, José de. *Iracema*. Fortaleza: Edições UFC, 1985, p. 50.

Araripe, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*: desde os tempos primitivos até 1850. Segunda Edição. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958, p. 124.

⁴ Casal, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976, p. 283.

⁵ Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil (tomo segundo)*. Sexta Edição integral. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959. p. 60.

⁶ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 49.

⁷ Araripe, *op. cit.*, 1958, p. 118.

⁸ Brasil, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio estatístico da Província do Ceará – tomo II*. Edição fac. sim. . Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (edição original: 1864, p. 257.

⁹ Brígido, João. “Há 300 anos. Pedro Coelho de Souza”. In: *Comemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará (1603-1903)*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1903, p. 37.

- ¹⁰ Studart, Barão de. "Martim Soares Moreno. Sua autobiografia. Descrição do Ceará feita por ele em 1618". In: *Comemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará (1603-1903)*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1903, p. 139.
- ¹¹ Araripe, *op. cit.*, 1958, p. 13.
- ¹² Araripe, *op. cit.*, 1958, p. 13.
- ¹³ Montenegro, João Alfredo de Sousa. *A Historiografia Liberal de Tristão de Alencar Araripe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 93.
- ¹⁴ Certeau, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- ¹⁵ Araripe, *op. cit.*, 1958, p. 135.
- ¹⁶ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 50.
- ¹⁷ Nogueira, Luiz Januário Lamartine. *Um ponto importante da História do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Universal, 1897, p. 22.
- ¹⁸ *Idem*, p. 33.
- ¹⁹ Araripe, *op. cit.*, 1958, p. 14.
- ²⁰ Alencar, José de. *Ubirajara*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951, p. 333.
- ²¹ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 51.
- ²² *idem, ibidem*
- ²³ Grafton, Anthony. As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998, p. 31.
- ²⁴ *Idem*, p. 190.
- ²⁵ Schwamborn, Ingrid. O Guarani era um tupi? Sobre os romances indianistas O Guarani, Iracema, Ubirajara de José de Alencar. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 1998, p. 274.
- ²⁶ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 190.
- ²⁷ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 47.
- ²⁸ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 55.
- ²⁹ Alencar, José de. *Como e porque sou romancista*. São Paulo: Pontes, 2005. p. 61.
- ³⁰ Alencar, José de. "O Rio de Janeiro – prólogo". In: Freixeiro, Fábio. *Alencar: os bastidores e a posteridade*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1981, p. 111.
- ³¹ Peloggio, Marcelo. "José de Alencar: um historiador à sua maneira". *Revista Alea*, v. 06, n.01, janeiro-junho, 2004, p. 83.
- ³² Alencar, *op. cit.* 1981, p. 112.
- ³³ Turin, Rodrigo. "A 'obscura história indígena': O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)". In: Guimarães, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- ³⁴ Lourenço, Eduardo. *Mitologia da Saudade - seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 31.
- ³⁵ Alencar, *op. cit.*, 2005, p. 47.
- ³⁶ Alencar, *op. cit.*, 2005, p. 48.
- ³⁷ Alencar, *op. cit.* 1985, p. 185.
- ³⁸ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 75.
- ³⁹ *Alencar, op. cit., 1985 p. 86.*
- ⁴⁰ *Idem*, 112.
- ⁴¹ Alencar, *op. cit.* 1985, p. 46..
- ⁴² *Idem*, p. 189.

⁴³ *Idem*, p. 185.

⁴⁴ Viveiros de Castro, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

⁴⁵ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 168.

⁴⁶ Helena, Lúcia. *A solidão tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 162.

⁴⁷ Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

⁴⁸ Viveiros de Castro, *op. cit.*, 2002, p. 204.

⁴⁹ Alencar, *op. cit.*, 1985, p. 188.

⁵⁰ Alencar, *op. cit.* 1985, p. 188.

⁵¹ Macedo, Joaquim Manoel de. *Considerações sobre a nostalgia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 98.

⁵² Foucault, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 99.